

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. e Controladas

CNPJ/MF nº 43.874.289/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with multiple columns: BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, and DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS. Includes sub-tables for 'NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS' and 'DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES'.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
1. Informações sobre a Companhia: A Companhia anônima de capital fechado, constituída em 30/09/2021, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14171, bloco B Marble, 15º andar, em São Paulo - SP, tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos químicos; desenvolvimento de materiais avançados e produtos químicos especializados para diversos setores. Suas soluções impulsionam a eficiência e a sustentabilidade em indústrias como aeroespacial, automotiva, agrícola, eletrônica, bens de consumo e saúde. A Companhia fornece materiais leves para reduzir emissões em aeronaves, componentes para baterias de veículos elétricos, produtos químicos que aumentam a produtividade agrícola, materiais que melhoram o desempenho de dispositivos eletrônicos, embalagens sustentáveis e insumos para aplicações médicas e farmacêuticas.
2. Políticas contábeis: 2.1. Base de elaboração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sujeitas às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem a preparação das demonstrações financeiras com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de créditos esperadas, assim como o análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano, que estão sujeitas a alterações. A Companhia adotou todas as normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2025. A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Administração da Companhia realizada em 02/06/2026. 2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31/12/2025. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus ativos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de diretores de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:
Percentual de participação
2025 2024
Direta 100% 100,00%
Especialidades Químicas e Materiais de Performance do Brasil Ltda. 100% 100,00%
As demonstrações financeiras das empresas controladas foram elaboradas com base em práticas uniformes às adotadas pela controladora e foram encerradas em 31/12/2025. Na consolidação das demonstrações financeiras, foram eliminadas as participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, bem como saldos ativos e passivos, receitas, custos e resultados não realizados decorrentes de transações. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: A moeda funcional da Empresa domiciliada no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", "Ativos financeiros ao custo amortizado" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. b) Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devem ser mensurados se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. 2.5.2. Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são, normalmente, reconhecidas na data da negociação - data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros ao custo amortizado são, subsequentemente, contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ("impairment"), os custos acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda ("impairment") em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. 2.6. Contas a receber: Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e estão apresentadas a valores de realização e, deduzida da provisão para perdas de crédito esperadas. Uma provisão para perda de crédito é estabelecida quando existe evidência de que a Administração não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A administração utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Os percentuais aplicados são baseados em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se nas premissas observadas pela Administração da Companhia e em coeficiente de perda esperado estabelecido sobre o total dos recebíveis a vencer, líquidos de impostos. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para perdas de crédito esperadas cuja recuperação é considerada duvidosa. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com as situações pontuais e atuais da carteira de clientes. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 6. Além da provisão para perdas de crédito esperadas, os saldos de contas a receber podem ser ajustados por provisões para descontos comerciais variáveis, como aqueles concedidos com base em volume de compras dos clientes. Essas provisões são constituídas com base em estimativas fundamentadas em práticas comerciais históricas, contratos firmados com clientes e expectativas futuras de atingimento de metas. Os valores estimados são reconhecidos no momento da receita, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e revisados periodicamente pela Administração. 2.7. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado, basicamente, da seguinte forma: • Matérias-primas - ao custo médio ponderado de aquisição; • Produtos acabados e em elaboração - estes estoques estão valorizados ao custo real de produção, sendo que nestes custos estão incluídos os custos de matérias-primas, de mão de obra direta e os direitos e indiretos de fabricação (com base na capacidade operacional normal). As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, líquido dos impostos incidentes, no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas comerciais variáveis aplicáveis. 2.8. Investimentos: O investimento da Companhia em controladas e controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controladas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas e controladas. A participação societária nas controladas e controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da controlada. As demonstrações financeiras das controladas e controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. 2.9. Imobilizado: Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:
Anos de vida útil estimada em anos
Edifícios e benfeitorias 10 a 30
Máquinas, equipamentos e instalações 5 a 20
Veículos 5
Móveis, utensílios e equipamentos de escritório 3 a 10
Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. 2.10. Ativos intangíveis: a) Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. b) Ativos intangíveis gerados internamente (gastos com pesquisa e desenvolvimento): Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas no resultado quando incorridos. Já os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como ativo intangível quando a Companhia demonstra que é tecnicamente viável concluir o projeto para uso ou venda, que a Administração tem a intenção e os recursos técnicos e financeiros para completá-lo, que o ativo gerado poderá ser utilizado ou vendido, que é provável que gere benefícios econômicos futuros e que os custos podem ser mensurados com confiabilidade. Caso esses critérios não sejam atendidos, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos como despesa. Ressalta-se que gastos inicialmente reconhecidos como despesa não podem ser reclassificados como ativo em momento posterior. Os ativos intangíveis reconhecidos com base em gastos de desenvolvimento são amortizados pelo método linear, a partir do momento em que entram em operação, ao longo do período estimado de geração dos benefícios econômicos. c) Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios: Nas demonstrações financeiras, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ativo são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. d) Baixa de ativos intangíveis: Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício. 2.11. Perda no valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais condições identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para ativos que não sejam ativo, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa (UGC). Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ativo é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ativo esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2026
Acesse a página de Publicações Legais no site do ICP Brasil
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

necessário, no encerramento do exercício, momento em que é possível mensurar o valor com maior confiabilidade. c) Planos de saúde pós-aposentadoria para ex-funcionários, plano de saúde para pensões, bem como plano de saúde destinado a empregados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos dos planos de saúde pós-aposentados para ex-funcionários, de assistência à saúde pós-aposentadoria a plano de saúde para pensões, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais aprovadas pela Companhia, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado conforme mencionado na nota explicativa nº 24. 2.17. Reconhecimento da receita: A Companhia reconhece receitas quando satisfaz a obrigação de transferir o bem ou serviço (ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtém o controle deste ativo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. a) Vendas de produtos: A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço de transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfetidas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Mais resumidamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando ocorre a transferência do controle dos produtos para o comprador. b) Vendas de serviços: As vendas de serviços a terceiros compreendem basicamente a venda de serviços compartilhados, tal como serviço de condomínio industrial (segurança, tratamento de efluentes, portaria, administração geral), dentro do complexo fabril situado em Paulínia. As vendas de serviços são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados. c) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

Impostos sobre vendas Aliquota ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços 4% a 18% IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados 0,5% a 25% ISS - Imposto sobre Serviços 5% PIS - Programa de Integração Social 1,65% COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social 7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Reforma Tributária Brasileira: Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, a Lei Complementar 227/2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime. Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. A administração da Empresa não espera impactos contábeis significativos, uma vez que os créditos tributários serão realizados nos próximos 2 anos e não há ativos sujeitos a testes de recuperabilidade que envolvam estimativas após o período de transição. 2.18.1. IRPJ e CSLL corrente: A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a CSLL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante e no circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.18.2. IRPJ e CSLL diferido: O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em controladas, controladas e participações em "joint ventures" e quando a Companhia for capaz de controlar a reversão das diferenças temporárias e quando for provável que essa reversão não irá ocorrer em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a tais investimentos e participações somente se reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas e quando for provável sua reversão em um futuro previsível. O saldo dos impostos diferidos ativos e é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O IRPJ e a CSLL corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios. 2.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo são descontados a valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e quando a relação entre o custo e o benefício da informação gerada for considerada adequada. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecer os valores em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.20. CPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação de IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Administração da Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de IRPJ. Considerando que a Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras. Após a adoção da interpretação, a Administração da Companhia considerou se possui posições fiscais incertas, passivos e ativos relacionados a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. 2.21. Questões climáticas: O Grupo Syensqo, o qual a Companhia está inserida reconhece que os riscos relacionados às mudanças climáticas, incluindo riscos físicos e riscos de transição, podem impactar seus negócios, operações e demonstrações financeiras. Em linha com a orientação do IASB e as expectativas crescentes dos stakeholders, o grupo avaliou os potenciais impactos financeiros de questões climáticas como parte do processo de gestão de riscos e da preparação das demonstrações financeiras. Durante o exercício de 2025, o grupo Syensqo realizou uma análise de cenários climáticos com o objetivo de identificar riscos e oportunidades materiais relacionados ao clima. Essa análise abrangeu riscos de transição, como mudanças regulatórias e de mercado em função da descarbonização da economia, bem como riscos físicos, como eventos climáticos extremos e alterações graduais nas condições ambientais. O estudo foi focado nas unidades operacionais com maior emissão de gases de efeito estufa (escopos 1, 2 e 3), e considerou diferentes horizontes temporais e cenários climáticos, incluindo projeções da International Energy Agency (IEA) e do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Os impactos financeiros potenciais foram avaliados com base em critérios de materialidade, abrangendo efeitos em custos operacionais, cadeias de suprimento, resiliência de ativos físicos e dinâmica de mercado. Não foram identificados efeitos contábeis materiais decorrentes de riscos climáticos que demandassem ajustes ou reclassificações. No entanto, o grupo Syensqo continuará monitorando esses aspectos e revisará suas premissas contábeis conforme novas informações se tornem disponíveis ou conforme se alterem as circunstâncias de risco climático e, eventuais ajustes serão refletidos nas demonstrações da Companhia, caso aplicável. 2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 01/01/2025 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Julgamentos: No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Estimativas e premissas: As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material no balanço patrimonial no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Companhia baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem. a) Provisão para perda de crédito esperada: A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base em análise individual de contas a receber e é mensurada com base nas expectativas de perdas de crédito esperadas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. b) IRPJ, CSLL e outros impostos: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao IRPJ e a CSLL em vários jurisdicções. É requerido um grande impacto de implementação para determinar a provisão para tais impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem impostos diferidos em que a aplicação da norma vigente vem sendo impactada pelas distintas diferenças temporárias dos ativos e passivos. Não obstante, existem determinadas transações e cálculos para os quais a determinação do imposto é incerta durante o curso ordinário dos negócios. A Companhia e suas controladas tem a política de registrar provisões para prováveis contingências fiscais sobre questões nas quais a legislação permite diferentes interpretações, anteprojeto, com base nas estimativas, potenciais impostos adicionais. Essas provisões são revisadas à medida que são recebidas as resoluções definitivas das diferentes autoridades fiscais competentes para a inspeção e a arrecadação de tributos, nas quais serão corrigidas, no seu caso, as atuações anteriormente apresentadas. c) Vida útil do ativo imobilizado: A determinação da vida útil imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia à medida que afecta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimento tecnológicos. d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão, o que determina a taxa de desconto apropriada. A Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 24. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária). Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa nº 13.

4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e operações de mútuo com partes relacionadas. Adicionalmente, a Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, especificamente contratos a termo de moeda com liquidação financeira (NDF - Non-Deliverable Forwards), utilizados como instrumento de proteção contra variações cambiais. Essas operações com instrumentos financeiros são registradas em contas patrimoniais e têm como objetivo atender às necessidades operacionais da Companhia, bem como mitigar sua exposição a riscos de mercado, especialmente relacionados à variação cambial e de taxas de juros. A gestão desses riscos é conduzida com base em estratégias definidas pela Administração, apoiadas por sistemas de controle e monitoramento, e pela revisão periódica dos limites de exposição assumidos. a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar: Os valores contabilizados aproximam-se de seus valores justos. b) Transações e saldos com partes relacionadas: Sujeitos à taxa de juros pactuadas entre as partes, contratados com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 8. O valor justo refere-se ao valor presente do valor presente do valor justo de caixa, usando taxa de juros que estão disponíveis à Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Table with 3 columns: Norma, Aliquota, and Descrição. It lists various taxes and their respective rates, such as ICMS (4% to 18%), IPI (0.5% to 25%), and ISS (5%).

Table with 2 columns: Norma and Requerimento. It details accounting requirements for tax changes, including the transition to the new tax system (IBS, CBS, IS) and the impact of the 2025 changes.

2.23. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas,

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. e Controladas

mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Administração está avaliando essas normas e interpretações, mas entende que não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Table with 2 columns: Norma and Requerimento. It lists accounting standards such as IFRS 18, IFRS 19, and IASB amendments, detailing their requirements and the company's assessment of their impact.

Table with 2 columns: Norma and Requerimento. It lists accounting standards such as IASB amendments and IFRS 9, detailing their requirements and the company's assessment of their impact.

Table with 2 columns: Norma and Requerimento. It lists accounting standards such as IFRS 9 and IFRS 7, detailing their requirements and the company's assessment of their impact.

Table with 2 columns: Norma and Requerimento. It lists accounting standards such as IFRS 9 and IFRS 7, detailing their requirements and the company's assessment of their impact.

Table showing financial data for Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, and Total ativos financeiros. It includes columns for Valor, Custo, and Valor amortizado for both 2025 and Consolidado.

4.2. Política de gestão de riscos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do "hedge" das contrapartes. Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, a Administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia e suas controladas administram alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. a) Risco de mercado: 1) Risco com taxa de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, em especial das aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar as eventuais ações a serem tomadas, as quais são discutidas com o grupo econômico de sua controladora. A exposição à taxa de juros se refere às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia com vencimento a prazo e juros pré-fixados e/ou indexados pelas taxas CDI ou TJP. Análise de sensibilidade: Em 31/12/2025 a Administração considerou como cenários prováveis para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 14,90% a.a. para as operações de aplicações financeiras, 4,83% a.a. para empréstimos e financiamentos e 15,06% a.a. para arrendamentos. A taxa de 14,90% a.a. refere-se à taxa CDI divulgada pelo Banco Central na data-base. A taxa de 4,83% a.a. corresponde à taxa pactuada em contrato de empréstimo vigente. Já a taxa de 15,06% a.a. foi definida com base no cálculo da taxa de desconto estabelecida para o grupo, conforme metodologia adotada e compartilhada pela equipe responsável pelo IFRS 16. A Administração da Companhia mensurou os impactos esperados nas demonstrações financeiras em cenários de alta da taxa de juros em 10% e 20%, conforme abaixo:

Table showing sensitivity analysis for Saldo a receber (pagar) under different interest rate scenarios (Alta de 10%, Alta de 20%) for financial applications, loans, and leases.

1) Risco com taxa de câmbio: O risco associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de flutuações das taxas de câmbio, que reduzem valores ou aumentem valores de suas obrigações. A Companhia e suas controladas tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Em 31/12/2025 e 2024 a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

Table showing currency exposure in US dollars and Euros for Recebíveis e passivos ligados em dólar and Recebíveis e passivos ligados em euro.

Ativo: Circulante: Clientes exterior e empresas ligadas em dólar 28.010 13.092 Clientes exterior e empresas ligadas em euro 2.610 3.249

Table showing currency exposure in US dollars and Euros for Exposição líquida em moeda estrangeira and Exposição líquida de instrumentos derivativos.

Análise de sensibilidade: A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade para a controladora e consolidado, conforme determinado pelas regras contábeis vigentes, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base, que é a posição da data-base das demonstrações financeiras. Estes cenários futuros geram impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo: • Cenário I: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação à taxa esperada pela Companhia. • Cenário II: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação à taxa esperada pela Companhia.

Table showing sensitivity analysis for Exposição cambial ativa and Exposição cambial líquida under different exchange rate scenarios (Cenário I, Cenário II).

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia, cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31/12/2025 como base para a projeção de saldo futuro. O efetivo comprometimento dos saldos respirará seus respectivos prazos de vencimento, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos poderá resultar em valores diferentes devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. iii) Derivativos: Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Table showing currency exposure in US dollars and Euros for Exposição cambial ativa and Exposição cambial líquida under different exchange rate scenarios (Cenário I, Cenário II).

Table showing currency exposure in US dollars and Euros for Exposição cambial ativa and Exposição cambial líquida under different exchange rate scenarios (Cenário I, Cenário II).

Table showing currency exposure in US dollars and Euros for Exposição cambial ativa and Exposição cambial líquida under different exchange rate scenarios (Cenário I, Cenário II).

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 96,5% e 97,5% em 31/12/2025 e 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. 6. Contas a receber:

Table showing sensitivity analysis for Exposição cambial ativa and Exposição cambial líquida under different exchange rate scenarios (Cenário I, Cenário II).

Provisão para descontos de clientes (i)

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. e Controladas

Main financial table with multiple columns: Provisão para perdas de créditos esperadas, Saldo no início do exercício, A vencer, Produtos acabados, Empresas ligadas, Ativo circulante, Passivo circulante, Investimentos, etc.

Table with 4 columns: País, 2025, 2024, 2024. Lists companies like Syensqo Química S.A., Syensqo Specialty Polymers USA LLC, etc.

Table with 4 columns: País, 2025, 2024, 2024. Lists companies like Syensqo Química S.A., Syensqo Specialty Polymers USA LLC, etc.

Publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2026. ICP Brasil logo and QR code for legal publications.

continuação

Químicos e Soluções Sustentáveis do Brasil S.A. e Controladas

	2025		2024		Controladora		Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	9.889	14.594	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	5.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos dividendos:	15.196	14.594								
Saldo em 31/12/2023	-	-	1.236	1.236	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos 2024	-	-	14.594	14.594	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	-	15.830	15.830	-	-	-	-	-	-
(-) Dividendos pagos de ano anteriores, em 2025	-	-	(15.830)	(15.830)	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	9.889	14.594	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	5.307	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Dividendos pagos ano corrente	(15.196)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-	15.830	15.830	-	-	-	-	-	-
18. Receita líquida de vendas e serviços: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:										
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas e serviços – mercado interno	1.192.535	980.463	1.225.960	980.463	1.192.535	980.463	1.225.960	980.463	1.192.535	980.463
Receita bruta de vendas e serviços – mercado externo	69.212	57.760	69.461	57.760	69.212	57.760	69.461	57.760	69.212	57.760
Impostos sobre vendas	(260.871)	(204.005)	(266.351)	(204.005)	(260.871)	(204.005)	(266.351)	(204.005)	(260.871)	(204.005)
Devoluções, abatimentos e provisão de descontos	(134)	(38)	(134)	(38)	(134)	(38)	(134)	(38)	(134)	(38)
19. Despesas por natureza e custos dos produtos vendidos:	1.000.742	834.180	1.028.936	834.180	1.000.742	834.180	1.028.936	834.180	1.000.742	834.180
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Custo com matérias-primas	(742.523)	(571.748)	(767.491)	(571.748)	(742.523)	(571.748)	(767.491)	(571.748)	(742.523)	(571.748)
Despesas com pessoal	(97.049)	(74.212)	(98.386)	(74.212)	(97.049)	(74.212)	(98.386)	(74.212)	(97.049)	(74.212)
Serviços de terceiros	(20.969)	(18.674)	(21.744)	(18.674)	(20.969)	(18.674)	(21.744)	(18.674)	(20.969)	(18.674)
Despesas de depreciação e amortização	(22.139)	(19.506)	(22.139)	(19.506)	(22.139)	(19.506)	(22.139)	(19.506)	(22.139)	(19.506)
Despesas Comerciais	(36.022)	(36.085)	(37.306)	(36.085)	(36.022)	(36.085)	(37.306)	(36.085)	(36.022)	(36.085)
Ajuste de preço de transferência	-	(37.984)	-	(37.984)	-	(37.984)	-	(37.984)	-	(37.984)
Despesa provisão depreciação de estoques	(211)	(2.858)	(1.032)	(2.858)	(211)	(2.858)	(1.032)	(2.858)	(211)	(2.858)
Despesa com seguros	(1.504)	(1.358)	(1.504)	(1.358)	(1.504)	(1.358)	(1.504)	(1.358)	(1.504)	(1.358)
Despesa de alugueis	(1.754)	(804)	(1.761)	(804)	(1.754)	(804)	(1.761)	(804)	(1.754)	(804)
Despesas legais	(893)	(742)	(893)	(742)	(893)	(742)	(893)	(742)	(893)	(742)
Despesa com malotes	(989)	(651)	(1.003)	(651)	(989)	(651)	(1.003)	(651)	(989)	(651)
Despesa com conferências e seminários	(851)	(415)	(851)	(415)	(851)	(415)	(851)	(415)	(851)	(415)
Despesa provisão contingência trabalhista	(154)	-	(154)	-	(154)	-	(154)	-	(154)	-
Outras despesas	(623)	(322)	(661)	(346)	(623)	(322)	(661)	(346)	(623)	(322)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(925.681)	(765.359)	(954.925)	(765.359)	(925.681)	(765.359)	(954.925)	(765.359)	(925.681)	(765.359)
Despesas com vendas	(742.523)	(571.748)	(767.491)	(571.748)	(742.523)	(571.748)	(767.491)	(571.748)	(742.523)	(571.748)
Despesas gerais e administrativas	(36.022)	(36.085)	(37.306)	(36.085)	(36.022)	(36.085)	(37.306)	(36.085)	(36.022)	(36.085)
20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:	(147.136)	(157.526)	(150.128)	(157.526)	(147.136)	(157.526)	(150.128)	(157.526)	(147.136)	(157.526)
	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Despesas de reestruturação (i)	(1.660)	(2.332)	(1,660)	(2,332)	(1,660)	(2,332)	(1,660)	(2,332)	(1,660)	(2,332)
Resultado na venda de ativo permanente (ii)	(8)	(795)	(8)	(795)	(8)	(795)	(8)	(795)	(8)	(795)
Baixa investimento Alaver	-	86	-	86	-	86	-	86	-	86
Outras receitas	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)
21. Resultado financeiro:	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)	(1,540)	(2,744)
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(677)	(654)	(677)	(654)	(677)	(654)	(677)	(654)	(677)	(654)
Plano de pensão	-	(11.167)	-	(11.167)	-	(11.167)	-	(11.167)	-	(11.167)
Ajuste de valor presente	(4,373)	(3,698)	(4,373)	(3,698)	(4,373)	(3,698)	(4,373)	(3,698)	(4,373)	(3,698)
Juros/despesas sobre empréstimos	(488)	(823)	(495)	(823)	(488)	(823)	(495)	(823)	(488)	(823)
Impostos de operações financeiras (IOF)	(217)	(3,724)	(300)	(3,724)	(217)	(3,724)	(300)	(3,724)	(217)	(3,724)
Variação cambial não realizada	(560)	(376)	(576)	(376)	(560)	(376)	(576)	(376)	(560)	(376)
Outras despesas financeiras	(6,315)	(20,442)	(6,421)	(20,442)	(6,315)	(20,442)	(6,421)	(20,442)	(6,315)	(20,442)
Receitas financeiras	1,859	448	1,454	448	1,859	448	1,454	448	1,859	448
Variação cambial realizada	3,965	5,382	3,965	5,382	3,965	5,382	3,965	5,382	3,965	5,382
Rendimento de aplicação financeira	-	31,460	-	31,460	-	31,460	-	31,460	-	31,460
Ajuste de valor presente sobre clientes	-	237	-	237	-	237	-	237	-	237
Ajuste de valor presente sobre impostos a recuperar	119	30	119	30	119	30	119	30	119	30
Outras receitas financeiras	(372)	17,115	(883)	17,115	(372)	17,115	(883)	17,115	(372)	17,115
22. IRPJ e CSLL: a) IRPJ e CSLL no resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado, está demonstrada abaixo:	5,943	37,557	5,538	37,557	5,943	37,557	5,538	37,557	5,943	37,557
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	71.994	85.462	71.588	85.462	71.994	85.462	71.588	85.462	71.994	85.462
Alíquota nominal combinada - %	(24,478)	(29,057)	(24,340)	(29,057)	(24,478)	(29,057)	(24,340)	(29,057)	(24,478)	(29,057)
Alíquota efetiva	(1,779)	1,715	(1,779)	1,715	(1,779)	1,715	(1,779)	1,715	(1,779)	1,715
Despesa a pagar com veículos	-	242	-	242	-	242	-	242	-	242
Amortização ágio sobre investimentos	910	2,597	910	2,597	910	2,597	910	2,597	910	2,597
Instrumentos financeiros	-	1,340	-	1,340	-	1,340	-	1,340	-	1,340
Provisão de reestruturação	72	141	72	141	72	141	72	141	72	141
Provisão de fornecedores	(242)	(370)	(242)	(370)	(242)	(370)	(242)	(370)	(242)	(370)
Estoque retratamento	(1,193)	(523)	(1,472)	(523)	(1,193)	(523)	(1,472)	(523)	(1,193)	(523)
Plano de pensão	(82)	(1,182)	(82)	(1,182)	(82)	(1,182)	(82)	(1,182)	(82)	(1,182)
Outras (i)	(5,800)	(382)	(5,253)	(382)	(5,800)	(382)	(5,253)	(382)	(5,800)	(382)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(32,437)	(24,794)	(32,031)	(24,794)	(32,437)	(24,794)	(32,031)	(24,794)	(32,437)	(24,794)
Corrente	(20,604)	(34,384)	(20,604)	(34,384)	(20,604)	(34,384)	(20,604)	(34,384)	(20,604)	(34,384)
Diferido	(11,833)	9,590	(11,427)	9,590	(11,833)	9,590	(11,427)	9,590	(11,833)	9,590
Alíquota efetiva	(32,437)	(24,794)	(32,031)	(24,794)	(32,437)	(24,794)	(32,031)	(24,794)	(32,437)	(24,794)
(i) Refere-se substancialmente a Provisão PPR diretores e encargos, provisão PPR CADRES e encargos, Provisão Consultorias e Provisão para taxa de descarte. b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e CSLL diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis. A constituição dos saldos de imposto diferido considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros nos quais essas diferenças poderão ser compensadas. Para fins fiscais, esse ágio está sendo amortizado, gerando uma diferença temporária tributável entre o lucro contábil e o lucro fiscal. Dessa forma, foi reconhecido um passivo de IRPJ e CSLL diferidos sobre a diferença temporária entre a base fiscal e a base contábil do investimento. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem como segue:										
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo de imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal - 4º trimestre	-	7.461	-	7.461	-	7.461	-	7.461	-	7.461
Provisão de estoques	1.193	1.137	1.472	1.137	1.193	1.137	1.472	1.137	1.193	1.137
Provisão para valoração de estoques	106	1.200	106	1.200	106	1.200	106	1.200	106	1.200
Provisões benefício a empregados IAS19	-	2.503	-	2.503	-	2.503	-	2.503	-	2.503
Provisão previdência privada	-	385	-	385	-	385	-	385	-	385
Provisão desconto clientes	131	-	131	-	131	-	131	-	131	-
Provisão de reestruturação	-	165	-	165	-	165	-	165	-	165
IFRS16	1.265	2.241	1.265	2.241	1.265	2.241	1.265	2.241	1.265	2.241
Provisões diversas	3.317	773	3.444	773	3.317	773	3.444	773	3.317	773
Provisões de prêmio veterano	-	345	-	345	-	345	-	345	-	345
Instrumentos financeiros	-	253	-	253	-	253	-	253	-	253
Depreciação fiscal diferença de taxas (i)	13.054	8.147	13.054	8.147	13.054	8.147	13.054	8.147	13.054	8.147
Passivo de imposto diferido	19.066	24.610	19.072	24.610	19.066	24.610	19.072	24.610	19.066	24.610
Provisão de reestruturação	(71)	-	(71)							